

**Pesquisa**

**“A informalidade  
é formal”**

**52% das trabalhadoras ambulantes do Rio de Janeiro só cursaram o Ensino Fundamental, sendo que destas apenas 15% o concluíram;**

**50% começaram a trabalhar antes dos 14 anos de idade;**

**45% têm renda mensal inferior a um salário-mínimo;**

**70% já sofreram repressão da Guarda Municipal**

Estes são só alguns dos muitos dados revelados pela pesquisa "**A informalidade é formal**", realizada pela Casa da Mulher Trabalhadora – CAMTRA, com o apoio da UNIFEM, com 201 trabalhadoras do comércio ambulante no Centro do Rio de Janeiro.

A pesquisa foi realizada entre os meses de Agosto a Dezembro de 2009 nas principais áreas comerciais do Centro do Rio de Janeiro, abrangendo as regiões do SAARA, Largo da Carioca, Cinelândia, Passeio, Praça XV, Candelária, Castelo, Central, Lavradio e Praça Mauá. O público alvo da pesquisa foi mulheres trabalhadoras ambulantes, maiores de 16 anos de idade, que trabalham por conta própria.

## PERFIL

A partir dos dados da pesquisa "**A informalidade é formal**" foi possível traçar o perfil das trabalhadoras ambulantes do Rio de Janeiro: **65% são negras**, considerando as que se autodeclararam pardas e pretas, 38% e 27% respectivamente; e **24% são brancas**. A maioria tem mais de 30 anos, sendo que **34% têm entre 30 e 39 anos, 24% de 40 a 49 anos e 19% tem entre 50 a 59 anos; 41% são casadas** ou moram com companheiro/a e **40% são solteiras**.

Os dados acima reforçam as estatísticas nacionais e mais uma vez demonstram que as mulheres negras ocupam as profissões mais precárias no mercado de trabalho. Outro dado que chama a atenção é o alto número de trabalhadoras ambulantes com mais de 30 anos, o que pode apontar para uma maior dificuldade das mulheres que não são mais jovens entrarem e/ou permanecerem no mercado de trabalho formal.

Em relação ao local de moradia, **77% das entrevistadas moram no município do Rio de Janeiro, 6% em São Gonçalo, 5% em Duque de Caxias e 2% em Niterói**. Também foram mencionados municípios de toda a Baixada Fluminense, se estendendo até Japeri, mas em menor porcentagem. Entre os bairros de moradia no município do Rio de Janeiro, predominam o **Centro (23%)**, seguido de bairros da Zona Oeste, como **Bangu (5%)** e **Campo Grande (5%)**, entre outros. A maioria mora em casa própria, 53% e 33% em moradias alugadas. 62% das trabalhadoras moram com duas a quatro outras pessoas.

Ressalta-se que embora 53% tenham afirmado morar em casa própria, não foi verificado na pesquisa se estas moradias encontram-se em áreas irregulares ou em locais de risco. Situações muito prováveis visto a renda média destas trabalhadoras, demonstradas abaixo.

## RENDA FAMILIAR

A respeito da renda familiar, **51% são co-chefes de família, 46% são chefes de família e apenas 3% são dependentes**. A renda mensal de **45%** das entrevistadas **é de até R\$ 465,00** (salário mínimo na época de realização da pesquisa) e **35% ganham até R\$ 930,00**. Este dado vai ao encontro das

estatísticas nacionais, confirmando que cada vez mais lares brasileiros é chefiado por mulheres e também que a renda das mulheres há muito deixou de ser apenas um complemento da renda familiar, tornando-se essencial e muitas vezes a única. Por outro lado, revela também a baixa renda destas mulheres para sustentar suas famílias e a desvalorização deste trabalho.

## ESCOLARIDADE

A baixa escolaridade destas trabalhadoras foi uma triste constatação encontrada pela pesquisa. **37%** das trabalhadoras ambulantes têm apenas o **Ensino Fundamental Incompleto**, **15%** somente concluíram o **Ensino Fundamental**. **10 %** destas têm o **Ensino Médio Incompleto** e **28%** o **Ensino Médio Completo**. Das entrevistadas, **93%** não estudam atualmente. Entre as razões para não estudarem mais: **43%** apontaram **falta de tempo** como a principal responsável, **16%** disseram **não ser possível conciliar com o trabalho** e **8%** disseram ser **por causa da família**.

O baixo grau de escolaridade destas trabalhadoras demonstra que antes das ambulantes terem sido excluídas do mercado formal de trabalho, foram excluídas da escola. Isto é, não tiveram seu direito a educação assegurado, colocando-as numa situação de vulnerabilidade frente ao mercado de trabalho. Além disto, o fato de praticamente todas estas ambulantes não estarem estudando atualmente revela as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para retomarem seus estudos, frente à carga horária e dupla jornada de trabalho. Esta situação que foi apontada por elas mesmas, também é reforçada pelos dados a seguir.

## DUPLA JORNADA DE TRABALHO

A propósito da jornada de trabalho, **59%** das entrevistadas **trabalham 5 dias na semana**, **24%** **trabalham 6 dias** e **10%** **trabalha os 7 da semana**. **71%** **trabalham 8 horas diárias** e **25%** **trabalham entre 10 a 12 horas diárias**. Para chegarem até seu local de trabalho, **36%** das trabalhadoras ambulantes **gasta ainda de 1 a 2 horas**, **33%** **até 30 minutos** e **20%** **de 2 até 3 horas**.

Acerca das tarefas domésticas, **66%** das mulheres entrevistadas **são as responsáveis pela realização** em sua casa. Destas, **32%** levam de **2 a 3 horas diárias para concluírem essas atividades**, **11%** declararam gastar **5 horas diárias** e **22%** o fazem **apenas no final de semana**. De 29% das ambulantes que responderam ser outra pessoa a responsável pelas tarefas domésticas, **as(os) filhas(os) são quem realizam essas ações (46%)**, **seguido da mãe das entrevistadas 17%** e **as(os) irmãs(os), 14%**. Sendo a maioria, entre as(os) filhas(os), mães e irmãs(os), de mulheres.

Embora 41% das entrevistadas sejam casadas e/ou morem com companheiros, apenas **5%** **apontaram o companheiro como responsável pelas tarefas domésticas**. O que mais uma vez reforça, que as mulheres mesmo ao trabalhar fora de casa continuam sendo as principais responsáveis pelas tarefas

domésticas. O que por sua vez contribui para que as mesmas ocupem postos mais precários e vulneráveis no mercado de trabalho para conseguir conciliar com os encargos domésticos.

## MATERNIDADE E DIREITOS

Ainda a cerca do âmbito familiar, **83% têm filhas(os)**. Destas, **42% têm de 3 a 5 filhas(os)**, **28% têm 2 filhas(os)**, o mesmo índice de mulheres que têm **1 filha(o)**. Sobre com quem ficam suas(seus) filhas(os) para poderem trabalhar, **15%** disseram que as(os) filhas(os) já **são adultas(os)**; **33% ficam sozinhas(os)** e **25%** ficam com **alguém da família**.

Estes dados revelam a falta de creches para atender as(os) filhas(os) destas trabalhadoras, que são obrigadas a realizar arranjos familiares e/ou deixarem suas(seus) filhas(os) em situações de risco para trabalhar. Sobre a escolaridade das(os) filhas(os) das trabalhadoras ambulantes, **93%** das(os) que estão em idade escolar estão estudando, sendo 77% na Escola Pública.

Um dado muito preocupante é o fato de que **52 % das ambulantes entrevistadas que tiveram filhas(os) tiveram resguardo após o parto, porém sem receber o benefício do salário-maternidade; 25% não tiveram resguardo e apenas 23% tiveram resguardo pós-parto recebendo o benefício do salário maternidade**. O que mais uma vez ratifica que estas trabalhadoras estão à margem de qualquer direito social, uma vez que menos de ¼ destas tiveram acesso aos direitos assegurados às mulheres no pós-parto, quais sejam o resguardo e o salário-maternidade. Colocando em risco sua própria saúde e de suas(seus) filhos(os) por ter de retornar ao trabalho o mais rápido possível e/ou por outro lado ficar sem nenhuma renda durante o período de resguardo após a gravidez.

## ACESSO A PREVIDÊNCIA SOCIAL

Esta situação é reforçada pela falta de acesso destas trabalhadoras a Previdência Social, apenas **21% contribuem atualmente para o INSS, 44% das trabalhadoras já contribuíram, 33% nunca contribuíram e 2% não sabiam que era possível contribuir**. O que mais uma vez evidencia a situação de vulnerabilidade social a que as trabalhadoras ambulantes estão expostas, principalmente frente a circunstâncias que comprometam sua força de trabalho, como doenças e acidentes, a velhice e a maternidade (conforme já visto acima). Esta situação torna-se ainda mais preocupante ao relacionarmos com a média de idade destas trabalhadoras, a maioria entre 30 e 60 anos, visto o tempo de contribuição necessária para a aposentadoria.

É importante destacarmos o fato de apenas 2% destas trabalhadoras desconhecer que é possível contribuir para a previdência social. O que nos permite analisar por um lado que estas trabalhadoras estão tendo acesso a informações sobre este direito. Por outro lado, faz-se necessária uma investigação sobre quais outras questões as impedem de acessá-lo, pelos dados da pesquisa nos é possível afirmar, que o mais provável seja a baixa-renda destas trabalhadoras.

## INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Sobre a inserção no mercado de trabalho, **50% das ambulantes começou a trabalhar antes dos 14 anos de idade, 43% entre 14 e 18 anos e apenas 7% com mais de 18 anos.** Em relação ao tempo que a entrevistada atua no mercado informal, **44% trabalha há mais de 10 anos como ambulante e 31% entre 5 e 10 anos.**

A **inserção no mercado de trabalho formal fez parte de 63% das entrevistadas**, que informaram já terem trabalhado com carteira assinada em algum momento da vida. Porém, provavelmente esta inserção se deu em postos com baixa estabilidade, visto que ao serem perguntadas sobre a principal razão para trabalhar no **mercado informal 50% responderam por não ter conseguido um emprego e 11% responderam porque conseguem uma renda maior** trabalhando como ambulantes.

## CONDIÇÕES DE TRABALHO

Em relação às condições de trabalho de sua atual ocupação, **36% das ambulantes entrevistadas têm licença da prefeitura** para desempenhar a função e **42% ainda não têm o documento.** Destas, 17% têm licença provisória, 11% têm permissão e 10% estavam aguardando o resultado do pedido de autorização. **78% das entrevistadas conhecem os procedimentos para serem legalizadas. 96% gostariam de trabalhar como ambulante legalizada.** Revelando o desejo destas trabalhadoras de conquistarem segurança e estabilidade no desempenho de seu trabalho.

Sobre a localização em que trabalham, **37% o escolheram por ter uma grande circulação de pessoas, 19% foram alocadas pela prefeitura e/ou não escolheram o local e 8% escolheram por ter uma menor repressão da Guarda Municipal.**

Durante a jornada de trabalho, **84% das entrevistadas não fazem pausa para almoçar.** Das trabalhadoras que pausam para almoçar, índice de 16%, **62% param por apenas 30 minutos.** Mais uma vez demonstrando a precariedade das condições de trabalho das ambulantes e os riscos à saúde que estão expostas, pela falta de alimentação adequada.

Para ir ao banheiro durante a jornada de trabalho, **61% das trabalhadoras utilizam os restaurantes, bares e/ou lanchonetes.** Revelando a falta de outra política para atender esta população: os banheiros públicos.

## REPRESSÃO ESTATAL

A repressão das forças policiais é uma constante na vida destas trabalhadoras, **70% das ambulantes já sofreram repressão da Guarda Municipal, 61% já tiveram as mercadorias apreendidas, 16% já foram agredidas pela PM e/ou Guarda Municipal e 4% já foi detida e/ou presa.** Demarcando mais uma vez a situação de vulnerabilidade destas trabalhadoras, que estão

mais suscetíveis a serem vítimas de violência e violações de seus direitos por parte dos agentes do Estado. E mais ainda expõe a necessidade de uma mudança na postura do Estado frente a esta população, pois revela que a única política pública voltada para estas trabalhadoras têm sido repressão através de forças policiais.

A partir destes e outros dados da pesquisa "**A informalidade é formal**" a CAMTRA esta elaborando um material informativo voltado para as ambulantes, que entre outras informações constará como as trabalhadoras devem proceder em casos como estes e quais são seus direitos.

Salientamos que durante a realização da pesquisa, a Prefeitura do Rio de Janeiro já realizava a Política "Choque de Ordem", que foi alvo de constantes reclamações pelas trabalhadoras ambulantes, que denunciavam o aumento da repressão.

Outra situação que contribui para a vulnerabilidade das ambulantes é a falta de acesso a informações sobre a legislação que regulamenta a profissão, visto que **82% das entrevistadas não conhecem a Lei Municipal sobre o Comércio Ambulante (Lei 1876/92)**. O que assinala a necessidade de ações para a divulgação desta legislação, seja por parte dos governos, seja pela sociedade civil organizada.

## ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA

**51% das trabalhadoras ambulantes não conhecem nenhum sindicato ou associações da categoria.** Do percentual de 49% que conhecem algum sindicato ou associação, os mais citados foram: AUVACA (32%), MUCA (16%), AVARPA (10%) e ASSAC (10%).

Por outro lado, apesar de mais da metade não conhecerem essas instituições, a grande maioria **68% das ambulantes acredita que os sindicatos ou associações podem contribuir para a melhoria das condições de trabalho.** Demonstrando o interesse das mesmas na organização das/os trabalhadoras/es em prol de melhorias para a categoria.

## ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS BÁSICOS

Sobre acesso a serviços públicos básicos, 89% das residências têm saneamento básico, 99% energia elétrica e 93% coleta de lixo. Ressaltamos que embora o percentual seja baixo, há trabalhadoras ambulantes que residem em locais sem saneamento básico, energia elétrica e coleta de lixo, o que coloca em risco a saúde destas e de suas famílias.

O serviço público de saúde é utilizado por **81% das trabalhadoras, mas 38% não utilizam a farmácia do SUS por não encontrarem os remédios.** Sobre a saúde sexual e reprodutiva, 68% das entrevistadas não acessam métodos contraceptivos nos hospitais públicos. Das que conseguem (32%), 55% conseguem preservativos e 41% anticoncepcional. Estes dados reforçam

a precariedade dos serviços públicos de saúde, que embora seja acessado por esta população, não atende a totalidade de suas demandas.

## VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Quando perguntadas se já sofreram algum tipo de violência contra a mulher, **35% responderam já ter sofrido algum tipo de agressão**. Destas, **57% não tomaram nenhuma providência quando foram agredidas e 29% registraram o caso na delegacia**.

Confirmando mais uma vez a persistência da violência contra a mulher e o alto número de mulheres que não denunciam estes casos. O baixo número de denúncias pode ser atribuído a uma série de causas, que vão desde a tolerância das mulheres a este tipo de agressão a não confiança nos órgãos policiais.

### REALIZAÇÃO:



### APOIO:



Endereço: Rua da Lapa, nº 180, sala 806, Centro - CEP: 20021-180 - Rio de Janeiro - RJ  
Telefax: (21) 2544-0808

End. eletrônico: [www.camtra.org.br](http://www.camtra.org.br) / [camtra@camtra.org.br](mailto:camtra@camtra.org.br)

CNPJ: 01.773.051/0001-19